

# Quadro Negro

www.sinprodf.org.br



Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal

Ano XL - Nº 204 - Janeiro/2019



# 40

## escolas militarizadas

- 20 mil estudantes atendidos
- 25 servidores (a mais) por escola
- 19 mil reais por estudante/ano
- Gestão democrática violada

# 6388

## escolas públicas civis

- 450 mil estudantes atendidos
- Faltam 3 mil professores efetivos
- Faltam 1 mil orientadores educacionais
- 10 mil reais por estudante/ano

# O que faz a diferença é o INVESTIMENTO

**Sinpro-DF**  
**Taguatinga (Sede):** CNB 4, Lote 3, Loja 1.  
 Telef: 3562-4856 e 3562-2780  
**Plano Piloto:** S16, Quadra 6, Lote nº 2.260, Brasília-DF  
 Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207  
**Gama:** SCC, Bloco 3, Lote 21/39, Sala 106.  
 Telef: 3556-9105  
**Planaltina:** Av. Independência,  
 Quadra 5, Lote 8, Vila Vicentina.  
 Telef: 3388-5144  
 Site: www.sinprodf.org.br  
 e-mail: imprensa@sinprodf.org.br  
**Secretaria de Imprensa:** Cleber Ribeiro Soares,  
 Samuel Fernandes e Cláudio Antunes Correia (Coordenador)  
**Editora:** Carla Lisboa  
**Jornalistas:** Carla Lisboa, Luis Ricardo Machado, Leidiane Souza  
 e Ribamar Martins  
**Revisão:** José Antônio de Oliveira  
**Diagramação e capa:** Eduardo G. Antero  
**Foto da capa:** Marcelo Tavares Borges  
**Fotos:** Deva Garcia e José Paulo de Oliveira (ECOM)  
**Impressão:** Palavra Comunicação  
**Tiragem:** 45.000 exemplares  
 Distribuição gratuita. Permitida a reprodução,  
 desde que citada a fonte.



**Secretaria de Administração e Patrimônio**  
 Carlos Girane Nascimento – Coordenador  
 Carlos de Souza Maciel  
 Nilza Cristina G. dos Santos

**Secretaria de Assuntos dos Aposentados**  
 Sílvia Canabrava de O. Paula – Coordenadora  
 Marilange da Silva Viana  
 Deltair Amancio da Silva

**Secretaria de Assuntos Culturais**  
 Thais Romaneli Leite – Coordenadora  
 Elicreuda Silva de França  
 Ticho Lavenerre

**Secretaria de Assuntos Jurídicos Trabalhistas e Socioeconômicos**  
 Dimas da Rocha Santos – Coordenador  
 Cássio de Oliveira Campos (In Memoriam)  
 Ison Veloso Bernardo  
 Francisco de Assis S. Lima

**Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras**  
 Vilmaria Pereira do Carmo – Coordenadora  
 Maria Goretti Oliveira Cunha  
 Ruth Oliveira Tavares Brochado

**Secretaria de Finanças**  
 Rosilene Corrêa Lima – Coordenadora  
 Bernardo Fernandes Távora  
 Maria Cristina Sant'Ana Cardoso

**Secretaria de Formação Sindical**  
 Luciana Custódio de Castro – Coordenadora  
 Jairo Mendonça  
 Magneete Barbosa Guimarães (Meg)

**Secretaria de Imprensa e Divulgação**  
 Cláudio Antunes Correia – Coordenador  
 Cleber Ribeiro Soares  
 Samuel Fernandes da Silva

**Secretaria de Raça e Sexualidade**  
 Elbia Pires de Almeida – Coordenadora  
 Letícia Vieira Montandon  
 Juçimeire Barbosa da Silva

**Secretaria de Saúde do Trabalhador**  
 Manoel Alves da Silva Filho – Coordenador  
 Gíza Lúcia Camilo Ricardo  
 Alberto de Oliveira Ribeiro

**Secretaria de Organização e Informática**  
 Julio Barros – Coordenador  
 Luciano Matos de Souza  
 Solange Buosi

**Secretaria de Política Educacional**  
 Berenice Darc Jacinto – Coordenadora  
 Anderson de Oliveira Correa  
 Regina Célia T. Pinheiro

**Secretaria de Políticas Sociais**  
 Gabriel Magno Pereira Cruz – Coordenador  
 Hamilton da Silva Caiana  
 Yuri Soares Franco

**CONSELHO FISCAL**  
 Enóquio Sousa Rocha  
 Jailson Pereira Sousa  
 Joana Darc Ferreira Soares  
 Joana Brito M. Rodrigues  
 Misael dos Santos Barret

# Militarização e outras mordanças: a educação pública sob intervenção e ataque dos setores privatistas

Antes de falar em intervenção militar ou militarização nas escolas, é importante dizer que a rede pública de ensino do Distrito Federal vive, hoje, um processo de sucateamento sem precedentes. O ano letivo de 2019 se inicia sem dinheiro ou com os recursos financeiros limitados. Com a desculpa da austeridade, ou seja, do choque de gestão, essa é uma situação que se repete, no mínimo, há 4 anos.

A rede pública de ensino, que já foi modelo de educação pública no país, sobrevive. Hoje, há falta de todo tipo de investimento. Além dos recursos financeiros insuficientes, faltam mais de 3 mil professores efetivos, mais de mil orientadores educacionais e carece de um investimento financeiro de, no mínimo, R\$ 16 mil por estudante para a escola funcionar.

Esse investimento existe, é real e factível. Tanto é que o governo Ibaneis Rocha anunciou, nos primeiros dias de seu governo, a intervenção militar em 40 unidades da rede, com projeto de investir R\$ 200 mil por ano em cada uma delas para custeio e outros investimentos; mais R\$ 19 mil por estudante; e colocar entre 20 e 25 funcionários da PM a mais em cada escola militarizada.

Atualmente, o investimento por estudante, no Brasil, é de R\$ 6 mil e, na rede pública do DF, R\$ 10 mil ao ano. Em vez de pensar em investimentos para todas as 678 escolas da rede pública do DF, Ibaneis Rocha escolhe quarenta delas para adotar a intervenção militar, enquanto existem outros modelos em curso, modernos, com desempenho muito superior ao de qualquer escola privada ou militarizada.

Os Institutos Federais (IF), por exemplo, têm rendimento muito superior ao das escolas públicas civis e militarizadas. No governo ilegítimo de Michel Temer, os IF foram ex-

cluídos, arbitrariamente, do ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e do Programme for International Student Assessment (Pisa) – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

No Pisa de 2015, exame internacional que avalia a qualidade da educação entre 70 países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a rede de IF obteve 528 pontos em leitura, ficando em 2º lugar; 517 pontos em ciências, ficando em 11º lugar; e 488 pontos em matemática, ficando em 30º lugar: o melhor resultado da América Latina.

Sem nenhuma transparência, o Ministério da Educação (MEC) ocultou, sucessivamente, nos anos seguintes, o desempenho dos IF no

combate à violência escolar. Na prática, Ibaneis buscar implantar uma lei marcial na educação pública. Um posicionamento surpreendente para quem presidiu a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a qual tem como uma de suas missões zelar pela democracia brasileira.

Esse projeto de intervenção militar nas escolas públicas está afinado também com o da Secretaria de Privatizações do governo federal e com o Banco Mundial. O ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, escolhido pelo filósofo de ultradireita, Olavo de Carvalho, como nome ideal para tirar do papel propostas que vão além da ideologia e da doutrinação de ultradireita contidas no Programa Escola sem Partido, também anunciou, nos primeiros dias de

governo, a criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

Esse órgão foi criado pelo Decreto nº 9.465, de 2/1/2019, e, dentre seus objetivos, terá competência para criar, gerenciar e coordenar programas nos campos didático-pedagógicos e de gestão educacional que considerem valores cívicos, de cidadania e capacitação profissional necessários aos jovens e “combater a doutrinação ideológica” e a “ideologia de gênero” (Lei da Mordança).

Esse é o discurso usado pela ultradireita para reprimir as opiniões diferentes das dela e os movimentos de professores e estudantes que têm se destacado pela resistência a todos os ataques dos capitalistas que

desejam privatizar a rede pública de ensino país a fora, desde a educação básica até a superior.

Rodríguez quer implantar o projeto das grandes empresas nacionais e internacionais de educação que, no mínimo, desde a década de 1960, têm tentado privatizar a imensa estrutura pública de ensino do Brasil. O Censo Escolar da Educação Básica, de 2018, indica que o Brasil possui 184,1 mil escolas — das quais a maior parte (112,9 mil, o que equivale a dois terços) é de responsabilidade municipal. Daí a preocupação do governo em fragmentar ou “regionalizar” sua ação.

A educação pública e gratuita brasileira se tornou objeto de desejos de megaempresários nos anos 1960/70 e percebida como um nicho

de mercado antes dos anos 1990. Várias empresas nacionais e internacionais se lançaram na captura das redes educacionais públicas, prestando assessorias técnicas e cursos de formação, vendendo produtos e programas educacionais.

Finalmente, começaram a adquirir escolas e, praticamente, a definir a concepção curricular de muitas redes municipais, estaduais e até federais de ensino. Levantamento da ONG Ação Educativa e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Greppe) identificou que, em 2013, 339 municípios brasileiros adotaram esses sistemas privados de ensino, sendo 159 deles em São Paulo.

O recém-empossado Ministro da Educação também indicou que irá deixar de lado o Plano Nacional de Educação (PNE) em prol de uma estratégia de fragmentação para acelerar as privatizações.

Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Rodríguez tem apreço pelo golpe militar de 1964, é “antimarxista” e chama de “ideologização” nas escolas qualquer pensamento diferente do dele. Adepto da Lei da Mordança (Escola sem Partido), ele criticou o que chamou de “instrumentalização ideológica da educação”. Declarou que ajustará a educação pública e gratuita ao Programa Escola sem Partido.

O Sinpro-DF defende uma educação pública, gratuita, emancipadora, laica, livre, de qualidade socialmente referenciada, com liberdade de cátedra, inclusiva e democrática, conforme está na Constituição Federal.

Nesta edição do **Quadro Negro**, analisamos as novas-velhas políticas para a educação que põem em risco o direito ao ensino público e a existência da carreira do magistério. Terá de ter luta e unidade da categoria combater os ataques. Boa leitura!



# Valorização do magistério é peça-chave para o desenvolvimento do país

Estudo mostra que metade dos docentes brasileiros não recomenda a profissão de professor por causa da insatisfação, da baixa remuneração, das longas jornadas, do desrespeito, das doenças decorrentes e outros problemas

A arte de ensinar e aprender faz parte da sociedade desde os primórdios da humanidade. Por meio da troca de conhecimentos é possível contribuir para criação e formação de uma sociedade melhor.

Nesse contexto, fica explícita a importância do profissional da educação em um país. Mesmo diante desse fato, a realidade vista em muitos países e aqui no Brasil não é diferente.

A confirmação da desvalorização começa até mesmo dentro do próprio magistério. Essa afirmação pode ser comprovada pela pesquisa da organização *Todos pela Educação*. O estudo feito com 2.160 profissionais da educação básica em redes públicas municipais, estaduais e da rede privada de todo o país, sobre temas como, formação, trabalho e valorização da carreira mostrou que no Brasil, metade dos professores não recomendaria a profissão para um jovem por considerar a profissão desvalorizada, uma triste estatística diante da importância dos educadores e educadoras.

Um levantamento do Ibope Inteligência em parceria com a rede Conhecimento Social mostrou que a maioria (78%) dos professores afirmou ingressar na carreira guiados por afinidade com a profissão, enquanto 33% disseram estar totalmente insatisfeitos com a atividade docente.

O motivo de tanta insatisfação é óbvio: nos quatro cantos do país, docentes têm de lidar, diariamente, com a baixa remuneração, as longas jornadas, os ambientes precários, a falta de respeito dos estudantes, com um dos piores sistemas educacionais do mundo e com vários desafios.

Outro estudo recente, realizado no fim de 2018 pela Varkey Foundation, entidade dedicada à melhoria da educação mundial, revelou que de 35 países abordados, ao redor do mundo, o Brasil foi classificado em último lugar no *ranking* internacional de valorização de professores.

Se, de um lado, o Brasil segue caindo no quesito valorização, de outro, a China, a Finlândia e outros países são reconhecidos por terem uns dos melhores sistemas educacionais do planeta, dispõem as provas

nacionais e apostam na valorização do professor e na liberdade para ele ou ela trabalhar.

Lá, a educação é gratuita, desde a creche ao ensino superior. Apenas 2% das escolas são particulares. Diferentemente do Brasil, o ingresso na escola é a partir dos 7 anos, enquanto a jornada é curta: de 4 a 7 horas.

Ao contrário de muitos países, na Finlândia, o governo atribuiu o sucesso da educação à confiança, valorização e autonomia dada aos professores e professoras.

Para o educador Diogo Pacher, 30, professor de ciências naturais desde 2011, a valorização vai muito além de incentivos financeiros. Pacher afirma que é preciso haver um estreitamento nas relações entre família e escola de forma efetiva e eficiente.

“Tem de ser uma aproximação consciente e responsável. Para que isso aconteça é necessário investi-

mento em estruturas e valorização dos profissionais. Os professores carregam muitas responsabilidades para pouco incentivo. Conheço professores sensacionais da escola pública que não conseguem dar tudo aquilo que poderiam por falta de estruturas básicas. A carreira de magistério é uma das carreiras que mais lutam. Boa parte das conquistas da educação são feitas por meio das lutas sindicais. Se não lutamos, nossa categoria é jogada às traças”, ressalta.

Diogo finaliza afirmando que teme pelo futuro da educação. “Hoje, na minha avaliação, corremos um grande risco de retroceder em várias conquistas oriundas de décadas. O novo governo federal tem mostrado uma visão de educação conservadora que é criticada pelos maiores pesquisadores da área educação em todo o mundo. Todos os avanços e pesquisas na área estão sendo jogados no lixo e isso é inadmissível, precisamos ser fortes”, conclui.

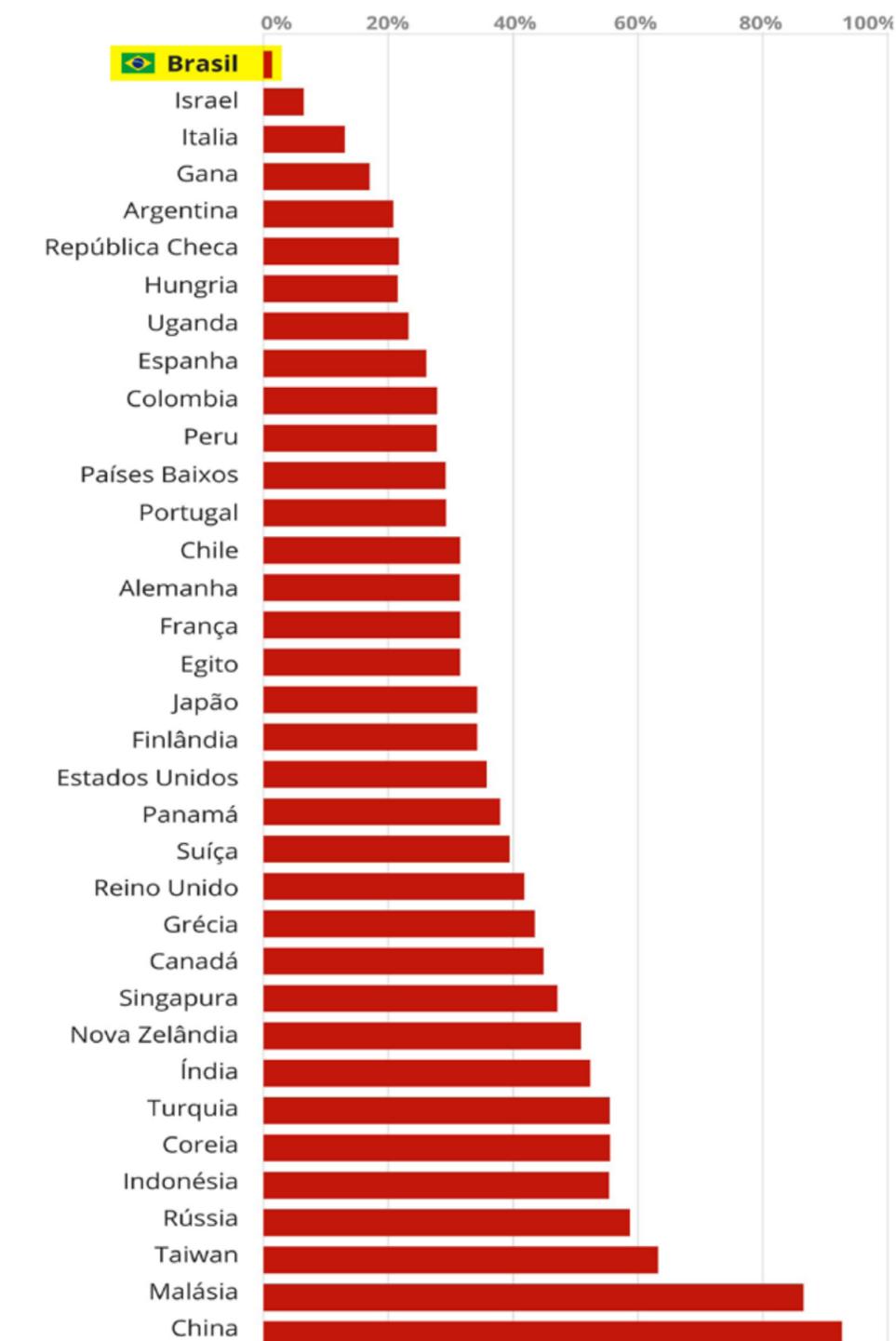
Para Meg Guimarães, diretora do Sinpro-DF, a desvalorização atinge não apenas o professor, mas todos os trabalhadores da educação. Ela explica que, em Brasília, apesar de ser a capital com a melhor renda *per capita*, a categoria está há quase 4 anos sem reajuste. Ela explica que a desvalorização começa com a realidade vivenciada em turmas extremamente cheias, falta de condições e no fato de a maioria dos estados e municípios não cumprem a Lei nº 11.738/2008 que estabelece o piso salarial para a categoria docente.

“Não se faz educação só com professor e giz, é preciso políticas públicas, estrutural, mais recursos para reajustes decentes, concursos, diminuir a sobrecarga, formação continuada, especializações e outros. Entretanto, a realidade do Brasil é de professores coagidos, que tiram dinheiro do próprio bolso para manter projetos, com a liberdade cátedra ameaçada e cercada com os interesses mercantis que contribuem ainda mais para o aprofundamento do desmonte da educação. Isso não é justo. Precisamos de uma escola laica, pública e de qualidade, que respeite os estudantes e professores. Para isso, é preciso ficarmos atentos ao futuro do país e organizarmos a resistência”, concluiu.

Meg Guimarães é diretora do Sinpro-DF e vice-presidenta da CUT Brasília

## Brasil é o país que menos valoriza professores

Pesquisa revela percepção sobre valorização do magistério



Fonte: Varkey Foundation

# Uma aula de descaso

Governo do Distrito Federal (GDF) entrega escolas da rede pública de ensino em situação precária e até de calamidade para cerca de meio milhão de estudantes e 27 mil professores e orientadores educacionais

Centro de Ensino Fundamental 01 do Planalto, em construção desde 2013

Leticia Montandon, diretora do Sinpro-DF

Mais de 27 mil professores e cerca de 470 mil estudantes voltam às aulas e encontram as mesmas precariedades dos anos anteriores: o descaso como exemplo de gestão pública. Há duas semanas do início das aulas, o Governo do Distrito Federal (GDF) estava preocupado com a intervenção militar em 40 escolas em vez de resolver os problemas físicos, estruturais e pedagógicos das 678 escolas públicas.

“A escola pública e gratuita precisa de intervenção financeira e fazer uso total e pleno dos recursos destinados

a ela. Até agora, a única novidade do governo Ibaneis Rocha é que irá executar uma intervenção militar em algumas escolas, um modelo muito mais caro do que uma escola civil”, afirma Leticia Montandon, diretora do Sinpro-DF.

“Os Institutos Federais estão aí para provar que são mais baratos e mais eficientes. Com muito menos recursos, os IF são considerados escolas de excelência. Uma escola militarizada recebe, em média, três vezes mais recursos do que uma escola pública civil”, assegura Cláudio Antunes, diretor do sindicato

O levantamento sobre o Plano Distrital de Educação (PDE) de 2017 dá conta do desempenho de todas as metas e do quanto foi aplicado do PIB e do Orçamento nas escolas públicas naquele ano.

“A análise da Meta 20, por exemplo, de forma geral, aponta para o fato de que, numa média nacional, o Ministério da Educação (MEC) investiu R\$ 19 mil por estudante nas escolas militarizadas; R\$ 6 mil por estudante nas escolas públicas civis; e, a média local, no DF, R\$ 9 mil”, informa Júlio Barros, diretor do Sinpro-DF.

Um relatório do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) de 2018 sobre as escolas públicas indica que 90,9% das escolas da rede pública do DF estão com as instalações físicas carentes de manutenção, “em condições insatisfatórias para receber os alunos”. E diz que essas condições insatisfatórias “têm como causa a manutenção insuficiente das edificações, já apontada nas auditorias anteriores”.

O documento do TCDF indica ainda que “foram verificadas situações em que parte da estrutura da escola oferecia risco de desabamento pela ação das infiltrações ao longo dos anos, equipamentos de refrigeração de ar instalados e fora de funcionamento por falta de adequação da rede elétrica e infiltrações em depósitos de mantimentos. Fatos que não entraram na presente avaliação por não participarem dos itens e ambientes avaliados”.

De acordo com a auditoria do TCDF, apenas 9,09% das escolas estavam em boas condições; 37,58% apresentavam necessidade de reparos; 41,20% estavam em condições ruins e 12,14% estavam em péssimas condições de uso até dezembro de 2018.

## Exemplo de escolas com problemas

“O que a gente percebe em nossas visitas às unidades escolares é que essa quantidade apontada pelo TCDF não corresponde ao número de escolas com problemas. Há muito mais do que isso completamente deterioradas, sem condições, realmente, num estado de calamidade”, denuncia Leticia Montandon, diretora do Sinpro-DF.

A Escola Classe 16, do Gama, por exemplo, pegou fogo e não está citada no levantamento. “As tragédias estão acontecendo diariamente. Todo dia temos escolas que desaba o telhado, e nada de o GDF investir o dinheiro público destinado à educação nas reformas e na construção de novas unidades para substituírem as que estão condenadas e as que precisam ser erguidas

para atenderem à demanda anual”, afirma a diretora.

Ela cita o Caic do Gama como outro exemplo de escola condenada. Interditada no ano passado e com previsão de demolição, o CAIC do Gama está com a estrutura física comprometida. A escola precisa de demolição urgente porque oferece riscos de vida para quem está dentro

dela e até hoje nenhuma providência foi tomada. Os corpos docente e discente foram transferidos para outras.

A 2ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) condenou o

GDF, em 2018, a reconstruir a Escola Classe 410, da Samambaia. Deu até prazo para isso. E nada acontece. Teve de receber verbas de emendas da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) para reparos, pequenas reformas a fim de manter a escola em pé. Todo ano essa escola entra nos relatórios de auditoria do TCDF e do TJDFT.

O CEF 01, da Vila Planalto, é outra escola condenada por causa da negligência do GDF. Fechada em 2013, trata-se da única escola da Vila Planalto, cujos(as) estudantes estão espalhados(as) em várias escolas da Regional do Plano Piloto. O GDF não reconstruiu, segundo indicação do relatório.

Não há calendário de reconstrução dessa escola que, atualmente, está funcionando em outra escola pública, que, por sua vez, também precisa de reforma. Isso não é problema de uma única gestão do GDF. Já se arrasta há várias gestões e essas mesmas escolas se repetem nos relatórios anuais da própria Secretaria de Estado da Educação (SEEDF).

Cláudio Antunes, diretor do Sinpro-DF



CAIC do Gama foi interditado no meio do ano de 2018 por risco de desabamento

## O que dizer das escolas militarizadas em Goiás?

Muitas dúvidas ainda permeiam o universo das escolas militarizadas. Apesar de ser novidade no Distrito Federal, em diversos estados a iniciativa já existe. Em Goiás, por exemplo, o modelo está em vigor há cinco anos e, hoje, conta com 60 unidades e mais de 50 mil estudantes sob administração da PM.

Assim como no DF, a implantação por lá foi realizada pelo então governador Marconi Perillo (PSDB), como alternativa de combate à violência nas escolas do estado que, na época, sofria com índices assustadores de violência.

O Sinpro-DF visitou uma das escolas militarizadas em Goiás e, apesar da burocracia e da não autorização para gravar imagens no in-

terior da unidade escolar, o sindicato conversou com pais, estudantes e moradores sobre o modelo.

Ao chegar lá, obviamente não faltou apoio e elogios ao sistema. De acordo com os pais, o histórico anterior era de calamidade. Há relatos de sequestro relâmpago de uma professora; o assassinato de um ex-estudante dentro da unidade; tráfico de drogas. Esse, era o retrato do Colégio da Polícia Militar Fernando Pessoa, localizado no município de Valparaíso de Goiás, a 40 quilômetros de Brasília.

Hoje, moradores, comerciantes e pais parabenizam e afirmam que a realidade atual é outra. De fato, as melhoras são visíveis, entretanto, até que ponto a medida não é um ataque aos direitos da

categoria e qual segredo por trás de tanto desempenho?

### ■ Não ao direito de greve

No Estado de Goiás, os(as) educadores(as) enfrentam momento complexo. Recentemente, a categoria iniciou uma paralisação para exigir o pagamento do salário de dezembro, do 13º salário e do de janeiro de 2019, que, até o fechamento desta edição, estava com 10 dias de atraso. O Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Goiás (Sintego) diz que a mobilização é feita em todo o estado. A entidade não divulgou o percentual de escolas sem aulas.

O problema afeta a todos os docentes, incluindo aí os lotados em escolas militarizadas. Porém, estes

últimos são proibidos de aderirem ao movimento porque, no ato de contratação e/ou lotação, são avisados da proibição de fazer greve. Para o Sinpro-DF, a medida representa ataque ao magistério e falta de respeito ao(a) professor(a), uma vez que a categoria fica impedida de lutar por direitos. Até mesmo as visitas do sindicato são impedidas e prejudicadas.

O Sinpro-DF alerta para o fato de que o impedimento do acesso do sindicato às escolas militarizadas irá prejudicar a categoria. O sindicato é o instrumento de luta mais eficiente da classe trabalhadora para combater os retrocessos, falta de pagamento de salário, péssimas condições de trabalho, daí a importância do contato e do diálogo serem livres.

## Malabarismos para sonegar investimentos e negligenciar o ideal da educação pública

Enquanto o GDF realiza malabarismos para tentar tirar o foco dos reais problemas da rede pública de ensino por meio da militarização de 40 escolas do DF, faltam investimentos financeiros, materiais e humanos em mais 638 unidades, as quais nem se quer têm sinalização de encaminhamentos dos recursos para 2019.

Gabriel Magno, diretor de Políticas Sociais do Sinpro-DF, afirma que o processo de militarização não é a solução para a crise educacional fabricada que prejudica mais de 470 mil estudantes matriculados(as) na rede e indica diversos pontos negativos. O primeiro é em relação à forma atropelada e sem diálogo pela qual a mudança foi anunciada para a comunidade escolar.

O GDF parte da premissa da segregação e da exclusão, tanto de estudantes quan-

to de professores. Magno explica que, em vez de contratar professores(as) e orientadores(as) educacionais que entendem de fato dos problemas e da realidade das escolas, querem contratar policiais militares para compor o quadro de docentes.

Outro ponto criticado é em relação ao investimento. Enquanto as escolas militarizadas contam com diversas fontes de renda, as escolas públicas mal conseguem se organizar e se planejar, devido aos problemas enfrentados no recebimento da verba do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF). Os(as) professores(as) estão reféns do bom humor e da boa-vontade de governantes de plantão que não cumprem nem sequer o cronograma de pagamento.

“Em muitas escolas militarizadas, por exemplo, há cobrança de taxa dos uniformes. As escolas são sempre instaladas em locais de extrema vulnerabilidade social. Assim, o que acontecerá caso os

pais não consigam arcar com essas despesas? Certamente, os(as) filhos(as) teriam de sair da escola porque, dificilmente, o Estado fornecerá o fardamento gratuito”, resalta Magno.

Ele destaca outro ponto importante. Ele lembra que, atualmente, 54% dos estudantes brasileiros matriculados em escolas públicas são oriundos de famílias que recebem o Bolsa Família. Ou seja, estão impondo um gasto extra para pessoas que já vêm de uma situação financeira desfavorecida.

“Isso possui um caráter de extrema exclusão. O modelo militarizado rompe completamente ao ideal constitucional de escola pública, gratuita e de qualidade que defendemos. Nada mais é do que uma inversão da lógica da educação pública, uma vez que cobra taxas de uma população que, muitas vezes, não tem condições financeiras para bancar tantas despesas”, declara o diretor.

No Colégio da Polícia Militar Fernando Pessoa, em Valparaíso de

Goiás, por exemplo, além do repasse do governo, os pais contribuem com R\$70 mensais de taxa “voluntária” à Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) para complementar a renda. A segregação denunciada por Magno pode ser comprovada até mesmo por alguns pais que, ao serem questionados pelo Sinpro-DF, também concordaram que o modelo não atende a

toda a população porque gera mais custos, tanto para as famílias como para o Estado.

O diretor do Sinpro-DF disse que o investimento igualitário nas escolas, gestão democrática e o cumprimento das leis é a solução para educação. Se o Plano Distrital de Educação (PDE) que já está no quarto ano de vigência e ainda não teve resultados significativos fosse

cumprido, certamente, a educação no DF estaria em outro patamar.

“O PDE é uma política de Estado que está sendo negligenciada. Precisamos cobrar, fiscalizar e lutar para que as metas sejam cumpridas. No ano passado, por exemplo, o GDF não construiu nenhuma escola. Nem mesmo a Meta 17, que determina a valorização do magistério, não tem

sido atendida. Pelo contrário, o que vemos é uma realidade oposta, de congelamento de salários e tantos outros ataques. Precisamos fortalecer as carreiras, criar novas escolas para acabar com as salas lotadas, investir na formação inicial e continuada da categoria e maximizar a luta por direitos e por uma educação de qualidade”, concluiu o dirigente.

### Entenda

A Escola Fernando Pessoa, da Polícia Militar, tem um total de 1.500 estudantes. As salas do colégio, apesar de pequenas, comportam em média 46 estudantes por turma. Entretanto, a escola conta com 38 professores: 28, do Estado, e 15% PM.

São cinco policiais que se revezam para lecionar a matéria noções de cidadania. Nessa disciplina, os(as) estudantes aprendem a marchar, bater continência, o Hino Nacional, entre outras coisas. No contraturno, os policiais ajudam na educação física e na Banda da PM.

Assim como o proposto no projeto SOS Segurança do DF, em Goiás, em média, 20 a 25 policiais da ativa e da reserva remunerada cuidam da disciplina escolar. Sobre a hierarquia, não existe gestão democrática e um capitão é o diretor geral da escola. Existe apenas a seção pedagógica, formada por quatro coordenadores professores, responsáveis pela parte pedagógica e organizacional.

Tudo isso, contribui para a disciplina e maior comprometimento dos(as) estudantes. Além de toda a questão estrutural de como essas escolas estão organizadas, os(as) estudantes de escolas geridas pela PM contam com mais verbas, tanto estadual quanto complementar.

Estima-se que somente para a merenda escolar, o estado disponibiliza R\$ 0,42 por dia por estudante. Parece pouco, mas, somado pelo número de discentes por turma e por dia, este valor chega a ser surpreendente. Além disso, a escola militarizada conta com R\$70,00 de contribuição mensal “voluntária” dos pais para eventuais necessidades, o que, de acordo com os próprios pais, gera exclusão porque, em razão disso, algumas famílias não podem matricular outros filhos e todas têm de gastar dinheiro com a compra de fardas. Essas são apenas algumas das características verificadas em uma única escola.

O Sinpro-DF entende que tanto no DF quanto em outros estados essa não é a melhor solução para a crise vivenciada no sistema educacional (evasão, indisciplina, violência, etc.). “O Estado e as unidades da Federação devem oferecer a todos uma escola pública, gratuita, democrática, emancipadora, laica, com diversidade de ideias e de concepções pedagógicas, socialmente referenciada, com investimento financeiro adequado, e à qual todos(as) tenham as mesmas condições de acesso e permanência com sucesso.

De modo geral, é preciso triplicar o investimento em todas as escolas públicas civis e reduzir o número de estudantes por turma, bem como resgatar e ampliar o atendimento do Batalhão Escolar da Polícia Militar para todas as escolas, sem rodízio, nos padrões mínimos como havia até 2006. No DF é preciso contratar mil orientadores educacionais e três mil professores para suprir o déficit de educadores(as) da Carreira Magistério Público.

A educação precisa de ser tratada com seriedade, respeito e comprometimento pelos gestores públicos. Investir em apenas 40 unidades escolares, ignorando as outras 638, é segregar estudantes e indicar para o aprofundamento do sucateamento para facilitar a privatização. Confira mais sobre o tema acessando o Folha do Professor 202, através do QR code abaixo.



Pedro, Maycosuel e Marcos estudam em escolas públicas de São Sebastião, local em que não há previsão de ampliação de investimentos. Davi Miguel, o mais novo, ainda não conseguiu vaga em creche

# Militarização das escolas públicas: engodo para combater a violência e melhorar o desempenho escolar

Por Rosilene Corrêa



A crescente entrega da gestão de escolas públicas e gratuitas à Polícia Militar (PM) em diferentes estados do país e, agora, no Distrito Federal, acende-nos um sinal de alerta. A chamada “militarização” das escolas públicas se apresenta como resposta à crescente violência seja contra professores, servidores e entre os próprios estudantes.

## Retrocessos e ataques à educação

Nos últimos anos o Brasil tem passado por retrocessos assustadores. A educação não ficou imune.

Os ataques à educação têm sido sistemáticos, destacando-se:

A partir dos anos 1990 a educação pública brasileira se tornou objeto de desejo do capitalismo, que viu ali um grande mercado a ser explorado. Começou com a prestação de assessorias técnicas e cursos de formação de professores. Em seguida vieram a produção e venda de apostilas com conteúdos educacionais. Grandes redes internacionais lançaram seus tentáculos sobre escolas privadas e, parti-

cularmente, passaram a atuar junto às prefeituras praticamente definindo a concepção curricular de muitas redes municipais. A terceirização/privatização da educação pública é um horizonte cada vez mais próximo.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC se tornou espaço para a ofensiva política de empresas e bancadas parlamentares vinculadas a interesses religiosos e empresariais.

Os conteúdos das escolas públicas passaram a ser disputados. Destaca-se o “Escola sem Partido”, que está em um verdadeiro ringue de luta.

Dentre as ações para desmontar o conceito de escola como espaço democrático, de formação cidadã, está a militarização das escolas públicas.

Com um discurso baseado na espetacularização dos casos de violência nas escolas, parte da sociedade, de pais e de professores, acredita ser a militarização da escola a solução para a insegurança cotidiana a que são submetidos. E esse fenômeno tem se reproduzido por todo o país, com mais intensidade nos estados das Regiões Norte e Centro-Oeste. Em Goiás, por exemplo, até meados

de 2018, eram 46 escolas, com 53 mil estudantes, sob a administração da Polícia Militar.

O Distrito Federal não ficou imune a esse movimento de militarização. Ao assumir o governo, Ibaneis Rocha, sem qualquer diálogo com a comunidade escolar, anuncia como parte do programa SOS Segurança, que escolas da Estrutural, Ceilândia, Recanto das Emas e Sobradinho receberão projeto piloto de formação de estudantes pela Polícia Militar.

Essa política se alinha ao Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, que cria no MEC a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

A escolha das regiões, segundo o GDF, se deve ao fato de que essas regiões apresentam “alto índice de criminalidade” e têm estudantes com “baixo desempenho” escolar.

Essas unidades de ensino adotarão o mesmo formato das escolas militares. A proposta é que cada escola receberá de 20 a 25 militares que serão aqueles que “estão com restrição médica e na reserva”. Ou seja, os policiais militares, necessariamente, não terão vínculos anteriores com educação civil ou mesmo qualquer outro modelo educacional.

A cartilha militar é definida como regimento escolar. O cotidiano do estudante é profundamente alterado: a aprendizagem passa a se dar pela repressão e por normas rígidas de comportamento. É obrigatório o uniforme militar completo de estudante. O corte de cabelo dos meninos segue o padrão militar e as meninas devem manter o seu preso.

Os professores também devem cumprir as regras estabelecidas: usar jalecos que vão até os joelhos, manter barba aparada, cabelos bem penteados, não usarem acessórios “extravagantes”, como brincos de argola grande e lenços coloridos.

Há, nas instituições que adotaram o modelo militar, inúmeros casos de professores que não resistem à pressão e pedem transferências para outras escolas. E este passa a ser mais um componente das doenças ocupacionais de nossa categoria.

## Militarização não é solução

A violência em nosso país é estrutural. A miséria, a discriminação, a desigualdade são elementos geradores de ações agressivas. Áreas de vulnera-

bilidade social, econômica e cultural alijadas de políticas públicas de saúde, assistência social, educação de qualidade, apresentam problemas de furtos, roubos, assaltos, drogas, assassinatos.

A escola é reflexo da sociedade onde está inserida. Não há possibilidade de espaços educativos e familiares serem oásis de tranquilidade. Quanto mais violenta e discriminadora for a sociedade mais ações dessa natureza serão reproduzidas.

A situação atual no Brasil, agravada pelo ambiente eleitoral de 2018 e com a eleição de um presidente que concretiza, em discursos e ações, a violência, o uso de armas, a discriminação, o deboche com a diversidade, leva as pessoas a acreditarem que com violência se resolve a violência. E que somente a disciplina e a repressão enquadram os “promotores” de atos de intimidação moral e/ou física.

As manifestações de agressividade são diversas. O punitivismo em si, adotado pelos modelos militares, é uma forma de violência. Segundo Foucault, dentre as táticas punitivas estão a exclusão, que exila, e a

imposição de reparo, que, em geral, impinge uma cicatriz, uma mancha humilhante ao “não ajustado”.

O portal Desacato (<http://desacato.info/>) cita “5 razões contra a militarização de escolas”, que sintetizam os principais elementos dessa lógica punitivista:

O despreparo educacional dos policiais, que substituem o debate de ideias pela coerção; a adoção do regime disciplinar arbitrário; a relativização dos conceitos de direito, garantias e liberdades, subordinados a um rol de deveres; a associação da noção de bom cidadão à obediência, mesmo que isso o tolha de suas individualidades e direitos, perpetuando ainda mais as desigualdades e a discriminação; a apologia ao regime de dominação rigorosa, reafirmando o ciclo de dominação e violência na qual se formaram.

Ao adotar práticas externas aos processos educativos, além de excluir educadoras e educadores da feita de fazer escolar, atestaria que professores de escolas públicas e gratuitas, comunidade escolar, sociedade etc. se tornaram incapazes de superar os quadros

de indisciplina e de educar com democracia, respeito, ética, solidariedade.

Políticas imediatistas, definidas ao calor da crise, sem reflexão e debate com os envolvidos, alimentadas por intenções populistas e de garantia de altos resultados, mesmo que pouco duradouros, nos jogam na aventura e no desperdício de recursos financeiros públicos e afetarão negativamente a vida de milhares de crianças e adolescentes, e dos educadores. Caminhos? Escola democrática, com boas condições de trabalho e profissionais valorizados.

Os princípios constitucionais da educação definem uma escola pública, gratuita, democrática, com igualdade de condições de acesso e permanência, pautada no pluralismo de ideias e concepções pedagógicas plurais.

A valorização dos profissionais da educação, com salários dignos, oportunidades de qualificação, é tão importante quanto os investimentos na educação pública, propiciando estruturas educacionais adequadas, com equipamentos que estimulem o ensino-aprendizagem.

A democratização dos espaços

escolares, com gestões participativas que envolvam toda a comunidade escolar, responsabilizando-a de forma compartilhada pelo processo educacional é fundamental para a diminuição e a superação dos problemas, incluindo aí os de aprendizagem e de violência.

Porém, para os atuais gestores eleitos do Brasil, o diálogo e as avaliações profundas e participativas pouco interessam quando o objetivo é criar um programa aparentemente espalhafatoso, que polemiza e chama atenção, mas que irá interditar o futuro de nossas crianças e adolescentes e o desenvolvimento do país.

Então, a resistência é nossa. Precisamos alertar a comunidade escolar de que liberdade, justiça, ética e autonomia das pessoas, da escola e da sociedade, para além de conteúdos programáticos, são fundamentais para a formação de cidadãos comprometidos com a construção de um país democrático.

E para não esquecer Paulo Freire: “E nós estamos ainda no processo de aprender como fazer democracia. E a luta por ela passa pela luta contra todo tipo de autoritarismo”.

*\*Rosilene Corrêa – Professora aposentada da rede pública de ensino do DF, diretora do Sinpro-DF, da CNTE e da CUT.*

# GDF usa intervenção militar para maquiar os reais problemas da educação pública

O governador Ibaneis Rocha inicia mandato levando uma imensa decepção à carreira do magistério público do DF: em vez de investir o dinheiro público na rede de ensino, escolhe 40 unidades escolares para impor a intervenção militar

O presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL), que sempre deixou explícito sua simpatia pelo ensino militar, deu o passo que queria rumo à militarização da educação pública e gratuita. Recentemente, ele assinou o Decreto nº 9.465, publicado no Diário Oficial da União (DOU), em 2 de janeiro de 2019, que cria a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. O texto do decreto não especifica quais serão as características desses estabelecimentos nem como se dará a sua implantação, mas deixa claro que o objetivo é incentivar o novo modelo.

Apesar de esse tipo de escola não ser novidade em diversos estados, como Goiás, Bahia, Roraima, Amazonas, Mato Grosso, o aceno positivo de Bolsonaro à entrega da gestão das escolas à Polícia Militar tem acendido um sinal de alerta para os profissionais de educação, suas entidades representativas e

pesquisadores da área. No Brasil, atualmente, estima-se que existam 109 escolas militarizadas, ou seja, sob intervenção militar.

Para inaugurar essa modalidade no Distrito Federal, o governador eleito no ano passado, Ibaneis Rocha (MDB – ex-PMDB), anunciou que iniciará a militarização de quatro escolas públicas do DF, com perspectiva de chegar a 40. Vai começar pelo Centro Educacional 1 da Estrutural (CED 01 Estrutural); CED 03, de Sobradinho; CED 308, do Recanto das Emas; e CED 07, de Ceilândia. A desculpa dele é a necessidade de combater a violência nas escolas. A iniciativa faz parte de um projeto denominado SOS Segurança, que, assim como nos outros estados, terá parceria com a Polícia Militar, que atende à demanda do presidente Bolsonaro de fomentar a criação de escolas cívico-militares.

A diretoria colegiada do Sinpro-DF acredita que a medida

seja uma forma de camuflar os reais problemas da educação pública e gratuita da capital federal. Como prevê o projeto SOS segurança, a militarização ocorrerá, a princípio, em quatro escolas e será expandido para mais 36 unidades ao longo do mandato. Ou seja, ignora o fato de que do montante de 678 escolas públicas existentes na rede de ensino, ainda restarão 638 que precisarão de investimentos, professores(as) e orientadores(as), material pedagógico e infraestrutura, entre outros recursos.

Júlio Barros, diretor de Organização e Informática do Sinpro-DF, afirma que a se mesma verba dos colégios militarizados fosse investida nas escolas públicas, certamente, os(as) profissionais do magistério e os(as) estudantes teriam as mesmas condições de trabalho e de ensino. “O que precisamos é de uma injeção de recursos financeiros, que é o que, realmente, faz a diferença na melhoria do ren-

dimento dos(as) estudantes. As escolas com intervenção militar têm rendimento questionável, não têm como querer comparar os dois modelos, principalmente, em relação ao valor investido em cada um”, explica o dirigente.

Nos colégios militarizados, o valor gasto com cada estudante é três vezes maior do que com quem estuda em escola pública regular. Estima-se que sejam R\$ 19 mil por estudante e professores com salários que ultrapassam os R\$ 10 mil, modelo considerado de alto custo e elitista. Enquanto no setor público, o valor investido, anualmente, é, em média, apenas R\$ 6 mil por estudante, com professores que recebem apenas o valor do piso, que atualmente está em R\$ 2.557,73.

De fato, o desempenho dos(as) estudantes de escolas militarizadas é muito superior e comprovado. A nota desses institutos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal indicador de

qualidade no país, é de 6,5, enquanto o das escolas estaduais é 4,1. Isso mostra que o que está por trás desse bom desempenho é o investimento.

A renda desses estudantes é classificada como “muito alta” pelo MEC, um grupo em que se inserem apenas estudantes de 3% das escolas brasileiras. A classe socioeconômica é considerada, por educadores, como um dos fatores mais importantes para a aprendizagem, pelas influências que o(a) estudante recebe e pelas condições de vida. “A militarização das escolas públicas, sem dúvida, não deve ser a resposta de um governo democrático para os problemas da educação pública, e sim a injeção de recursos financeiros públicos para que estudantes tenham acesso a uma escola pública, gratuita, laica, emancipadora e de qualidade socialmente referenciada”, afirma Júlio Barros.

## ▪ A militarização é ensino privado disfarçado de público e cobra taxa de até R\$ 1 mil

A militarização gera um maior custo ao país porque é preciso pagar várias taxas, desde a matrícula aos uniformes. Há relatos de locais em que os pais gastam de R\$ 700,00 a R\$ 900,00 apenas com uniformes. Outro ponto polêmico é a exclusão.

Não existe igualdade de condições de acesso e permanência.

As experiências de outros estados mostraram que o ingresso acontece somente por meio de seleção, em que a concorrência por uma única vaga é enorme, o custo é muito alto e para poucos. Ignorando, completamente, o princípio da inclusão educacional, uma vez que não aceitam estudantes com necessidades especiais e, como não podia ser diferente, parte das vagas são destinadas aos próprios filhos dos militares. Para agravar ainda mais este cenário de desigualdade, na maioria dos estados, as instituições estão situadas em locais mais nobres, ou seja, os(as) estudantes de áreas periféricas ficam excluídos.

Outro ponto polêmico é em relação a metodologia utilizada. A militarização da escola pública constitui prática pedagógica que limita os princípios constitucionais do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e o desenvolvimento criativo dos educandos. A escola deve ser um espaço de aprendizagem, de formação de cidadania, de construção de valores e atitudes, e para que ela possa se efetivar como tal, não é necessário que seja militarizada.

O vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT), Valdeir Pereira, explica que, em seu estado, as escolas militarizadas surgiram como extensões da reconhecida Escola Militar Tiradentes, criada na década de 1960 para formar cadetes. Atualmente, oito municípios receberiam as ramificações da escola e a ideia é expandir ainda mais.

Ele ressalta que a implantação ganhou força ainda em 2016, e a entidade tem questionado o Ministério Público sobre a cobrança de taxas. O dirigente afirma que o ingresso também ocorre por meio de seleção, com ampla concorrência e a inscrição custa R\$ 50,00. E há reserva de 50% das vagas para os(as) filhos(as) de militares.

Outra preocupação é em relação à manutenção dos empregos. Em curto prazo, policiais suprem a necessidade de contratação de orientadores(as) educacionais e dividem a responsabilidade com a administração da escola. A médio e longo prazos, policiais poderão assumir completamente a direção das escolas e substituir, parcialmente, os(as) professores(as) regentes. Existe o desvio de finalidade da função da PM, que é fazer a se-

gurança dos cidadãos e cidadãs. O GDF já noticiou que não vai tirar policiais militares que fazem serviço de rua, e sim serão alocados para esse projeto policiais que estão afastados do serviço de rua por restrições médicas. Resta-nos a pergunta: como uma pessoa com algum tipo de restrição médica atuará com crianças e adolescentes?

## ▪ Escolas públicas federais têm ensino superior ao das escolas militarizadas

Em 2016, para justificar a reforma do Ensino Médio, o governo federal ignorou o desempenho das Escolas Federais e dos Institutos Federais no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Se considerado o desempenho dessas escolas no Pisa, o Brasil seria uma referência mundial em educação, posicionando-se em 11º lugar no mundo em qualidade do ensino. Além disso, o Ministério da Educação tem deixado os IFs de fora da divulgação dos resultados gerais do Enem e do IDEB, porque se considerados, as avaliações do ensino público brasileiro teriam um resultado superior e não justi-

ficariam as tentativas do governo em reformar o Ensino Médio e tentar implantar o modelo de escolas militares.

Assim como os colégios militares, a rede de educação federal tem professores com título de mestre e doutor e, conseqüentemente, salários mais altos, que possibilitam dedicação integral. Institutos Federais investem em pesquisa e produção do conhecimento e apostam na interiorização para levar formação para além das capitais. Dono dos melhores índices do país entre as escolas públicas, o ensino federal foi atingido fatalmente por cortes de verbas nos últimos anos. O orçamento para 2019, por exemplo, é similar ao de 2016, reduzindo a capacidade de investimentos, já que há aumento vegetativo de gastos com salários e também porque houve ampliação da rede dos IF neste período.

O governo Bolsonaro ainda não indicou quais serão os caminhos para a rede federal. Toda a equipe da Setec, responsável pelos institutos federais, foi exonerada e os novos nomes ainda estão em fase de reconhecimento de terreno. O governo não informou se pretende aumentar o investimento por estudante nas escolas que adotarem o modelo cívico-militar. Vale lembrar que os investimentos em saúde e educação no governo federal foram congelados pelos próximos 20 anos pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016 (EC/95).

“Os resultados significativos são superestimados. É claro que por meio de seleção em que só entram os melhores, com certeza o êxito será muito melhor. Para nós, do Sintep-MT, a medida representa a exclusão do estudante e o desvio de função da PM, pois o policial concursado não pode, simplesmente,

assumir um cargo para o qual não é destinado. Isso nada mais é do que uma escola particular, voltada para os militares. Eles abrem a seleção para a população, mas a maioria é reserva de vagas. Além disso, o sindicato, muitas vezes, é proibido de realizar visitas e os(as) professores(as) vinculados(as) são sempre em regime de contratos temporários, o que, mais uma vez, dificulta qualquer questionamento. Em nosso entendimento, este modelo foge ao de uma escola universal, autônoma. A violência que tanto dizem que querem combater é, na verdade, resultado de uma crise estrutural da sociedade e não da escola. Querem criar a ideologia do medo, instaurar, a qualquer custo, matérias que privilegiam a disciplina e o civismo onde não cabe a diversidade e dizerem que o modelo funciona sem ir direto na raiz do problema”, avalia Valdeir Pereira.

#### ■ O que dizem especialistas e sindicalistas

A prática tem se espalhado rapidamente pelo Brasil. Somente em Goiás, são 46 escolas militarizadas. Um levantamento feito pela revista *ÉPOCA* descobriu que, de 2013 a 2018, o número de escolas estaduais geridas pela Polícia Militar saltou de 39 para 122, em 14 unidades da Federação, um aumento de 212%. Em 2019, outras 70 escolas deverão ser colocadas sob intervenção militar nesses estados.

O MEC, articulador desse tipo de ação, acompanha à distância o movimento de militarização das escolas, promovido por governadores e prefeitos que alegam que a Constituição e a legislação educacional brasileira especificam que as gestões de escolas de educação básica têm autonomia.

Mas, se por um lado, o governo estadual explica o modelo sob a ótica de combate à violência, por outro, o modelo pedagógico utilizado é questionado por muitos. “A militarização resolve a violência por causa do medo da repressão. Mas não resolve o problema real”, assegura a doutora em Ciência da Educação e coordenadora do Observatório de Violência nas Escolas do Brasil, Miriam Abramovay.

Usar como fórmula a hierarquia, a disciplina e os métodos muitas vezes repressivos, filosofia de ensino baseada na doutrina do Exército brasileiro, é de se questionar. Para a diretora do Sinpro-DF, Rosilene Corrêa, a repressão não é a melhor maneira de resolver o problema da insegurança porque a violência não está na escola, e sim a escola que está dentro do cenário de violência.

“A violência está na sociedade e é um problema urgente. Deixamos

claro que não temos nenhuma divergência com a polícia e queremos sim, policiais, mas nas ruas, nos locais que lhes são destinados. A escola não fabrica e, sim, ela é vítima da violência social. A PM tem uma forma de educação impositiva, um modelo que não atende. Por isso, defendemos que o ideal é o investimento em todas as escolas do DF e não em apenas em algumas”, reforça a dirigente.

#### ■ A proposta sedutora é um convite rumo à volta da ditadura militar

Prometendo a volta da disciplina e o fim da violência dentro da sala de aula e, principalmente, segurança para os(as) estudantes em meio a uma sociedade em que o índice de criminalidade é altíssimo, a militarização é proposta tentadora aos pais e responsáveis.

Entretanto, por trás de tanta obediência escondem-se interesses escusos. Alguns acreditam que as medidas adotadas seguem à risca a cartilha antidemocrática, vivenciada no Brasil pós-golpe. Com a militarização da educação querem incluir desde cedo o sucateamento, o desmonte, a domesticação e o controle da educação, dos(as) estudantes e da sociedade, acabando com o direito de cátedra do magistério. Um ataque ligado ao outro: Lei da Mordada e militarização.

A começar pelo fato de que o anúncio foi feito de forma arbitrária, desconsiderando a opinião dos(as) docentes, estudantes e pais. O que causa maior estranheza é que a categoria recebeu a notícia via imprensa e em período de férias. O que sai na mídia nem sempre é a cópia fiel da verdade, podendo haver discrepância entre o que foi dito e a real situação da

escola, e a base de férias tornou difícil qualquer tipo de mobilização dos(as) professores(as).

Segundo Francisco Américo, 41 anos, professor de licenciatura em química no Centro Educacional 07 de Ceilândia (CED 07), um dos colégios que serão militarizados, parte dos trabalhadores recebeu a notícia com estranheza, até mesmo os(as) próprios(as) estudantes que entraram em contato com o(a) professor(a). A preocupação é geral em relação a como se dará a implantação desse modelo.

Ele diz que a crise social em curso no cenário atual faz com que a população veja a militarização como solução para vários problemas. O educador explica que, entretanto, passa do aprofundamento de uma Lei da Mordada, camuflada com o comercial de alto rendimento acadêmico.

“A medida é retirar de toda uma comunidade o direito de questionar, fiscalizar e participar ativamente da rotina das escolas. Não haverá aprendizado sustentável, o que há é um engessamento do conteúdo, voltaremos à época de tomar a tabuada e decorar os tempos verbais. O que já foi mais do que provado que é um modelo falido. O jovem perde autonomia e passa a responder apenas com sim senhor e não senhor. A curto e médio prazos, a criatividade é tolhida e a resolução de problemas passa a ser um trabalho quase que hercúleo”, ressalta Américo.

O professor do CED 07, que foi reservista naval e serviu durante 2 anos na Marinha do Brasil, explica que pediu a exoneração justamente por não concordar com o “modus operandi” da instituição. “Entre porque quis e sai quando quis. Quando isso ocorre de maneira vertical, imposta por uma das partes é uma tragédia anunciada. Em minha opinião disciplina e hierarquia são sim muito importantes no processo de ensino e aprendizagem, porém, o que o Estado deveria fazer é resgatar a autoridade e autonomia do professor, e não transferir essa demanda para outra categoria. Este modelo é excludente, exatamente o contrário do que nós queremos. Queremos incluir cada vez mais o(a) estudante e a família na comunidade escolar e não os afastar por qualquer motivo que seja”, assegura.



Estudantes do Paranoá realizaram manifestação, em 2018, exigindo mais investimento na educação e nas escolas públicas da cidade

# A pedagogia das competências e a BNCC: o sistema de ensino nas mãos dos organismos internacionais

O governo Bolsonaro começa a consolidar a privatização da educação pública. Adota a pedagogia dos resultados e das competências para modificar a lógica do ensino e adequá-lo aos interesses dos mercados nacional e internacional

A contrarreforma da educação básica começou nos anos 1990 e culminou em 2017, com a Lei nº 13.415/2017, da reforma do Ensino Médio, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e estabeleceu uma mudança na estrutura do Ensino Médio. A reforma amplia o tempo mínimo do estudante (de 800 horas para 1.000 horas anuais até 2022) e define uma nova organização curricular, flexível, que afeta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e oferta itinerários formativos com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A reforma e a BNCC em curso estão ligadas à crise do capital dos anos 1980 e 1990, que vê o campo da educação como um espaço de conformação de seu projeto mercantilista e privatista.

A BNCC traz uma série de diretrizes que ajusta a educação pública e gratuita ao mercado, como, por exemplo, a permissão de substituição de carga horária presencial por ensino a distância, a possibilidade de contratação de professores sem formação pedagógica e apenas com “notório saber”, entre outros problemas. Berenice Darc, diretora do Sinpro-DF, informa que a BNCC permite que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) seja realizada totalmente a distância, sem garantir nem sequer as condições

de acesso à internet aos(as) estudantes. A diretora diz que a contratação de professores com “notório saber” gerará precarização e baixa profissionalização do magistério.

Ela explica que a BNCC, condicionada à reforma, segue, rigidamente, às recomendações dos organismos internacionais e reforça as tendências internacionais de centralização curricular, observadas nos países hegemônicos do capitalismo, com o objetivo de viabilizar a avaliação em larga escala, externa às unidades escolares. “A consequência desse tipo de avaliação é a responsabilização dos(as) professores e dos(as) gestores(as) das respectivas escolas pelos resultados da aprendizagem, desconsiderando as condições efetivas da realização das atividades educacionais, como a infraestrutura disponível nas escolas e as condições do trabalho docente”.

## ■ Itinerários formativos

Outro ponto da BNCC que Berenice critica é a divisão do ensino por áreas do conhecimento: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e suas tecnologias. Ela condena o sistema de itinerários formativos e explica que ao oferecê-los em cada uma das áreas do conhecimento ou combinando diferentes áreas, as escolas exclu-

irão estudantes de baixa renda do direito ao conhecimento. Poderá também ofertar itinerários formativos focados em algum aspecto específico de uma área. Os(as) estudantes poderão optar por uma formação técnico-profissionalizante, que poderá ser cursada dentro da carga horária regular do Ensino Médio.

Apenas as disciplinas de língua portuguesa e matemática aparecem como componentes curriculares, ou seja, são disciplinas obrigatórias para os três anos do Ensino Médio. “Um dos lados nefastos dessa divisão é que isso também afeta a natureza formativa do Ensino Médio e, certamente, vai jogar a maior parte dos(as) estudantes num ensino profissional fraco, por causa das demandas do mercado, sem o direito a acesso ao conhecimento acadêmico. O objetivo disso é responder às avaliações internacionais”, explica a diretora.

Nesse modelo de ensino, “a validade do conhecimento assim compreendido é julgada por sua viabilidade ou utilidade. Predomina uma conotação utilitária e pragmática do conhecimento. Suas viabilidade e utilidade, muito além de serem consideradas históricas, são tidas como contingentes”, afirma Marise Nogueira Ramos, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Centro Federal de

As recomendações dos organismos internacionais revela uma BNCC com característica funcional às avaliações externas de competências, preconizadas pela pedagogia de resultados e pela pedagogia das competências. No entendimento da professora da UERJ, “a combinação da BNCC com essas avaliações externas somadas à pedagogia da competência significam pressão curricular e político-peda-

das competências na formação e adequação dos trabalhadores às relações sociais de produção, flexíveis e precárias, pautadas em favor do modelo político-econômico dominante no país”.

Ela explica que “o desenvolvimento de uma pedagogia centrada nessa noção possui validade econômico-social e também cultural, posto que à educação se confere a função de adequar psicológica-

nismos de inclusão social se pautam pela competência individual”.

## ■ Pedagogia da competência

Na avaliação de Marise, a pedagogia da competência contida na atual BNCC e na reforma do Ensino Médio, “além de atenderem ao propósito de reordenar a relação entre escola e emprego, visa a institucionalizar novas formas de educar os(as) trabalhadores(as) no contexto

versas práticas sociais pelas quais as pessoas se educam. Nesse contexto, a noção de competência vem compor o conjunto de novos signos e significados talhados na cultura expressiva do estágio de acumulação flexível do capital, desempenhando um papel específico na representação dos processos de formação e de comportamento do trabalhador na sociedade”.

Ramon de Oliveira, professor adjunto da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), numa resenha do livro “A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?” Marise Ramos, diz que “a subordinação da educação ao processo de produção, a precarização do trabalho, a ofensiva do ideário neoliberal, a diminuição do potencial classista dos sindicatos obreiros, além da generalização de uma cultura individualista e descomprometida com os ideais de transformação social não expressam apenas uma mudança cultural ou uma nova fase do desenvolvimento capitalista, mas um movimento estruturado no plano material de recomposição ou aquisição da hegemonia das classes economicamente dominantes”.

No entendimento do professor da UFPE, “a utilização do conceito gramsciano de “revolução passiva” é pertinente para a compreensão de todo o movimento que a autora apontou no interior do seu trabalho. De fato, o movimento que o capital estabeleceu, nestes últimos anos, é uma resposta direta aos avanços no plano econômico e político alcançados pela classe trabalhadora. Se na lógica neoliberal as políticas sociais são vistas da perspectiva da relação custo-benefício, tal ação decorre de um movimento contínuo estabelecido pelas elites ao nível de controle direto do fundo público”.

“Daí a importância da luta da categoria pela educação pública, gratuita, emancipadora, laica e de qualidade socialmente referenciada. É preciso estarmos atentos e atentas para os passos e disponíveis para o enfrentamento a esse novo governo que pretende privatizar o sistema público de ensino, desde a educação básica até a superior, copiando o modelo neoliberal chileno, instalado pelo ditador Augusto Pinochet, na década de 1980, precarizar o trabalho docente e implantar EaD de fora a fora até o EJA”, alerta Berenice Darc.



Professores, orientadores educacionais e diretores do Sinpro-DF, na Câmara dos Deputados, em protesto contra a Lei da Mordaca

Educação Tecnológica de Química de Nilópolis, no artigo “Pedagogia das Competências, publicado no Dicionário da Educação Profissional em Saúde.

gógica sobre as escolas públicas e gratuitas e sobre os(as) professores(as) e apresentam caráter essencialmente psicologizante, pragmático e individualista da pedagogia

mente os trabalhadores aos novos padrões de produção. O novo senso comum, de caráter conservador e liberal, compreende que as relações de trabalho atuais e os meca-

político-econômico neoliberal, entremeadado a uma cultura chamada de pós-moderna. Por isso, a ‘pedagogia das competências’ não se limita à escola, mas visa a se instaurar nas di-

# Defender a aposentaria é dever de todos



O ex-presidente ilegítimo Michel Temer alegou a existência de um rombo na Previdência para executar a reforma. Porém, estudos mostraram que não existe déficit, e, sim, superávit

A Constituição Federal (CF) de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, foi um marco para o povo brasileiro tanto no que diz respeito à garantia das liberdades civis, como nos deveres do Estado.

Além do salto rumo ao fortalecimento da democracia, foi na elaboração da CF, a sétima que o país teve, em que foram instauradas as primeiras ações envolvendo Saúde, Assistência, Previdência e Seguridade Social.

Desde 2016, com a Reforma da Previdência proposta pelo ex-presidente ilegítimo Michel Temer, o assunto veio à tona sob a alegação de quitação das contas públicas, e o projeto dividiu opiniões. Isso porque, se de um lado alguns defendem a reforma como única saída para o país, de outro, estudos mostraram que não há rombo na Previdência brasileira, e, sim, superávit. Estudos estes que foram confirmados pela CPI da Previdência em 2017.

Este ano, com a instauração de um novo governo, mais que nunca, a discussão sobre os rumos da apo-

sentaria no Brasil estão em alta e são pauta em todos os espaços.

No âmbito nacional, a preocupação é quanto às decisões do presidente eleito Jair Messias Bolsonaro (PSL) em relação a continuidade ou não do projeto proposto por Temer. Apesar de nenhum projeto oficial, seguindo a mesma tônica do governo Temer, Bolsonaro já deixou claro em seus discursos que é preciso trabalhar mais para se aposentar e sua equipe econômica já estuda propostas elaboradas por especialistas da área. A estimativa é de que um texto final seja enviado ao Congresso na primeira quinzena de fevereiro.

O que se sabe até agora, sobre a reforma da Previdência de Bolsonaro, é que o governo estuda instituir uma regra de transição mais curta e um novo regime de contribuição: o capitalizado. Este método prevê que o trabalhador contribua para pagar a própria aposentadoria no futuro, com o dinheiro sendo investido individualmente. O atual modelo utilizado no país pelo setor privado é do de repartição, ou seja, os ativos contribuem para o pagamento dos aposentados.

Especialistas sugerem que a previdência de Bolsonaro é bem pior que a de Temer. Entretanto, todas afirmações não passam de especulações,

uma vez que Bolsonaro e sua equipe se mostram sempre instáveis em suas decisões quase que diariamente.

A estratégia utilizada basicamente é a de soltar anúncio e, dependendo da repercussão negativa, recuar da decisão. Apenas nos dez primeiros dias de governo, a gestão de Jair Bolsonaro mudou de ideia ou voltou atrás de decisões que estavam tomadas e até anunciadas em pelo menos três situações.

No principal imbróglio, o próprio presidente da República afirmou que assinou um decreto aumentando o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), alegando que a medida compensaria a perda de arrecadação com a extensão de incentivos às regiões Norte e Nordeste. Entretanto, mudou de ideia no mesmo dia. As retomadas demonstram clara instabilidade entre as forças políticas da base do presidente o que pode deixar a população de mãos atadas sem saber ao certo os rumos de sua aposentadoria.

De volta ao cenário distrital, os servidores públicos aguardam um posicionamento do governador eleito Ibaneis Rocha (MDB) sobre o futuro da previdência do funcionalismo.

A princípio, a nova gestão não pretende realizar mudanças no regime complementar. Os representantes dizem que a ideia é avaliar a situação da previdência dos servidores.

Em 2017, a Previdência da categoria passou por uma reestruturação por meio da aprovação da Lei Complementar nº 932/17 pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. Alegando déficit muito grande no sistema, sob o risco de falir, o então governo Rollemberg acreditou que a mudança traria maior sustentabilidade da previdência.

Basicamente, a Lei possui três pilares: a criação de uma previdência complementar para os servidores que ingressarem a partir de 2019 no serviço público, a junção dos atuais servidores em um mesmo fundo previdenciário e, por fim, a criação de um fundo garantidor que ficará encarregado de gerir novos recursos destinados à previdência dos servidores.

Dividindo o Iprev em o fundo financeiro (destinado aos atuais servidores), o fundo capitalizado (para os futuros servidores que ingressarão após a instituição da previdência complementar) e o fundo solidário garantidor, formado apenas por bens e direitos, sem servidores vinculados.

Somente na gestão anterior, utilizou-se verbas da Previdência por duas vezes para pagar os salários do funcionalismo em dia. Em setembro de 2015, usou 75% do superávit de R\$ 1,7 bilhão do Iprev e repôs a verba por meio de doa-

ções de imóveis do governo. Em novembro de 2016, voltou a adotar a tática: tomou, como empréstimo, R\$ 493,5 milhões e, em troca, concedeu ações do BRB ao fundo.

## ▪ A luta desta direção para fazer valer o direito à aposentadoria

A diretoria colegiada do Sinpro-DF tem atuado constantemente para garantir o acesso de todos(as) professores(as) e orientadores (as) a uma aposentadoria justa. É preciso estar atento as iniciativas dos governos Federal e distrital, uma vez que Reformar a Previdência pode impactar negativamente a qualidade da educação.

Para a diretora da Secretaria de Assunto Para os Aposentados do Sinpro-DF, Sílvia Canabrava, A reforma está posta de modo a prejudicar a classe trabalhadora, pois mudará as regras da aposentadoria drasticamente. A diretoria reforça a necessidade de manter a luta pela aposentadoria especial para categoria, uma vez que os trabalhadores são os que mais sofrem com o desgaste da profissão.

Ela explica que quando o professor está desgastado fisicamente e psicologicamente devido as longas jornadas, o aluno também acaba sendo prejudicado e finaliza explicando que defesa da aposentadoria deve ser uma luta conjunta de toda a classe trabalhadora.



# Direitos trabalhistas e previdenciários na mira do Ministério da Economia

A política econômica implantada por Paulo Guedes evidencia retrocessos em todas as áreas, sobretudo, nas de direitos trabalhista e previdenciário e nas de educação e saúde

Com menos de um mês de governo, Jair Bolsonaro e sua equipe já deixaram claro que o caminho a partir de agora é de mudanças, porém, as mudanças são para pior e não para melhor, como muitos(as) eleitores(as) imaginavam. No cerne de grande parte dessa mudança está o Ministério da Economia, onde Paulo Guedes tem se mostrado uma das grandes ameaças para a classe trabalhadora, para os direitos trabalhistas, previdenciários e para os setores da Educação e da Saúde.

Com doutorado pela Universidade de Chicago, instituição que se tornou o símbolo do liberalismo e lugar de formação de parte de sua equipe, Guedes mostra um viés abertamente liberal, com explícita defesa de um estado mínimo, de incentivo às privatizações, carga tributária reduzida e, principalmente, de corte de gastos. É exatamente aí que o atual ministro da Economia se transforma em uma ameaça para o conjunto da classe trabalhadora e para os(as) servidores(as) públicos(as).

Aula pública do Sinpro-DF no Setor de Diversões Sul denuncia os ataques aos direitos sociais



Dia do Basta. Estudantes participam de aula sobre cidadania no Sinpro-DF

Hoje, o cenário econômico é assustador e ao mesmo tempo desanimador. A realidade é de contratos de trabalho intermitentes, prevalência do negociado acima do legislado em relação à maioria dos direitos, terceirização da atividade fim e obstáculos para as ações trabalhistas, além de outros projetos já aprovados pelo Congresso. Não bastasse toda essa onda de retrocessos, o Ministério da Economia, chefiada por Paulo Guedes, quer aprovar a Reforma da Previdência e outros projetos que serão extremamente maléficis para os(as) trabalhadores(as).

Apesar do cenário já nebuloso, os indicativos mostram que tudo pode ficar ainda pior.

## Privatização da educação

Um dos pontos que o governo federal, chancelado pela Economia, tem se empenhado é com a privatização da Educação. Além de ser uma ameaça direta ao funcionalismo público, já que acabaria com a contratação de professores(as) e orientadores(as) educacionais via concurso público, a medida seria um golpe na busca por uma educação pública de qualidade, plural e acessível para todos. A política empregada pelo atual governo ainda abre brecha para que grandes tubarões do ensino privado nacional e internacional monopolizem a educação, transformando o setor em

um verdadeiro balcão de negócios. Estaria aberta a mercantilização da educação brasileira.

No final de 2018, ainda no governo de transição, Paulo Guedes afirmou que seria preciso “meter a faca no Sistema S”, sistema composto por Sesi, Senac e Senai. A declaração provocou uma série de críticas e de reações de entidades. A declaração do então futuro ministro estava atrelada ao corte de repasses ao sistema, o que causaria prejuízos nos serviços oferecidos à população com a redução dos repasses, além do fechamento de unidades e demissão de funcionários. O dinheiro repassado é usado para treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica.

Em nota, o Sesi e o Senac afirmaram que a redução no repasse de recursos deixaria mais de 1 milhão de estudantes sem opção de cursos de formação profissional e 18,4 mil funcionários das entidades perderiam o emprego. A proposta terá efeitos devastadores sobre essas instituições, responsáveis pela formação técnica e profissional de jovens. No caso do Senai, que atende 2,3 milhões de alunos, 162 escolas, de um total de 541, podem fechar as portas com os eventuais cortes. As regiões mais afetadas seriam Norte e Nordeste.

Já em relação ao Sesi, que tem 1,2 milhão de alunos na educação

básica, os cortes levariam ao fechamento de 155 escolas, além de inviabilizar parte da prestação de serviços de saúde.

## Privatizações em pauta

Outro ponto que é colocado como prioridade pelo ministro da Economia Paulo Guedes é a privatização. Além de vender as riquezas brasileiras para o mercado internacional, tirando lucros e o direito de posse das mãos do povo brasileiro, as privatizações colocam em risco a supremacia nacional em setores cruciais, exemplos do energético e petrolífero. Mesmo diante da euforia do atual governo em colocar o tema na pauta, sua concretização não será assim tão fácil.

Quem revela isso é Pedro Rossi, professor do Instituto de Economia da Unicamp. Ele avalia que “o tema das privatizações não é um tema fácil, não é uma agenda fácil de ser enfrentada. Para ele, “boa parte do projeto que está na cabeça do Paulo Guedes não vai se realizar. É o caso, por exemplo da privatização das universidades”. Rossi qualifica o discurso do ministro da Economia de Bolsonaro como “absolutamente radical e inviável”. O docente da Unicamp acrescenta que Guedes se vale de “um discurso extremamente ortodoxo e fundamentalista, em torno da privatização generalizada da máquina pública brasileira” e que “isso não é viável” nem irá “aconte-

cer da maneira que ele propõe”.

Pegando o gancho das privatizações, o jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), Antônio Augusto de Queiroz, salienta que o governo Bolsonaro enxerga a reforma da Previdência de Temer “capenga”, mas “segue apoiando parte do texto como resposta ao mercado”. A ideia do novo governo, na verdade, seria, segundo Queiroz, “privatizar a Previdência, tornando-a um grande negócio; instituindo um teto muito baixo e retirando do seu perfil seus pilares de proteção à sociedade”.

Para o coordenador de Imprensa do Sinpro Cláudio Antunes, todo o cenário que vem se desenhando até o momento é reflexo do governo Temer e de todo esforço do atual governo em implantar projetos que visem a retirada de direitos da classe trabalhadora, a precarização da educação e a venda de nossas riquezas ao mercado internacional. “Michel Temer, com a reforma trabalhista, acabou preparando o terreno para a reforma da Previdência. Ele deixou tudo pronto para que Bolsonaro possa tirar todas as proteções sociais construídas no âmbito do Direito Constitucional nas últimas oito décadas. Com essa política entreguista e de precarização, voltaremos a tempos amargos em que o trabalhador não tinha direitos, apenas obrigações”, finaliza Cláudio Antunes.

# Os perigos da BNCC e das diretrizes curriculares articuladas com a reforma do Ensino Médio

Por **Berenice Darc\***

*“O que me surpreende na aplicação de uma educação realmente libertadora é o medo da liberdade”*

Paulo Freire



Elaborada sob a desculpa de adequar o ensino médio às aspirações da juventude e ao mundo do trabalho, bem como assegurar a permanência dos estudantes na escola, a reforma foi na verdade, elaborada e pautada pela desigualdade, à medida que instituiu processos de formação diferenciado, negando diálogos e as práticas democráticas como método de construção das políticas públicas. Ensaíada a tramitação no Congresso Nacional em 2016, a famigerada Reforma do Ensino Médio avança a passos largos.

Implantada por meio de uma Medida Provisória-MP nº 476/2016, a reforma rompe com a horizontalidade que permeava a formulação das políticas educacionais garantidas na Constituição Federal e amplamente experimentadas a partir do ano 2000. Não por acaso, tanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quanto às Diretrizes Curriculares do Ensino Médio Têm como objetivo corroborar com o caráter elitista da educação brasileira, fomentando a educação destinada às elites como modelo único em detrimento da educação que busca formar o indivíduo com a noção clara de cidadania.

Aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 5 de dezembro, a BNCC deverá ser implementada até 2022. Irresponsavelmente, a proposta define o conteúdo mínimo que os estudantes de ensino médio devem aprender em sala de aula, reduzindo a formação acadêmica, desobrigando e/ou “facultando” o acesso aos conteúdos fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes. Isso porque a medida define que o currículo escolar deve ser composto por habi-

lidades e competências definidas em duas dimensões: formação geral básica e itinerários formativos.

Estes itinerários serão percorridos pelos estudantes de acordo com a oferta, podendo o aluno fazer mais de um itinerário dentre cinco, enquanto que ao município cabe a oferta de no mínimo dois deles. Trocando em miúdos, a BNCC estipula que apenas matemática e português são conteúdos obrigatórios, todos os demais conhecimentos compõem o escopo dos itinerários formativos. Desta maneira, cria-se alunos mão-de-obra para o mercado de trabalho apenas com formação técnica e profissional.

“2019 exigirá do conjunto da sociedade um esforço coletivo para que possamos assegurar uma escola pública, democrática, gratuita, laica e inclusiva.” À primeira vista a ideia pode até parecer boa, ao remeter ao discente a definição por quais itinerários pretende construir sua trajetória acadêmica. Imagina-se que desta forma caracteriza o exercício da democracia, tão desejável nas práticas sociais. Porém, se levar em conta as profundas desigualdades sociais, a escolha pelo mínimo de conteúdo a ser cursado, fatalmente fará injustiça aos menos favorecidos ante ao modelo mercadológico com base na meritocracia, comprometendo de vez a qualidade do ensino e a formação do indivíduo.

Ao optar pela escolha mínima, a oferta também será mínima, dada a diferença de condições face aos itinerários distintos para cada região, portanto, cria-se dois projetos de educação: em regiões pobres itinerários reduzidos; enquanto que em regiões ricas uma oferta ampla e diversificada. O escopo de uma formação básica passa por qua-

tro eixos, os quais devem ser trabalhados transversal e interdisciplinarmente: 1- Investigação científica; 2- processos criativos; 3- mediação e intervenção sociocultural; 4- empreendedorismo.

A subtração de qualquer uma dessas dimensões representa a fragilização da formação acadêmica e rompe com a perspectiva emancipatória da educação. Outro aspecto a ser considerado quanto à análise das políticas educacionais em curso, especialmente a partir da Reforma do ensino médio, é o caráter fragmentado das medidas. O fato da BNCC do ensino médio ser estruturada apartada do que foi desenvolvido no âmbito da educação infantil e do ensino fundamental, fratura o processo de formação na educação básica, ferindo seriamente a concepção de totalidade que esse nível educacional estabeleceu desde a Constituição de 1988, corroborada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996.

Diante do que está sendo apresentado, a Câmara de Educação Básica do CNE confirma a perspectiva privatista ao traçar que até 20% do ensino médio diurno poderá ser realizado pela modalidade à distância (EaD), enquanto que no turno noturno poderá atingir até 30% da carga horária e chegando à 80% nos casos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A possibilidade de oferta do Ensino Médio à distância revela o caráter excludente das políticas educacionais em curso. Considerando as desigualdades presentes na sociedade brasileira evidenciadas em escolas com estruturas diferentes, onde as logísticas pauperizadas estão situadas nos espaços mais despos-

uídos de recursos econômicos do país, há que se prever que a opção pela oferta à distância, por meio de conglomerados educacionais de EaD deverá ser a tônica de muitos municípios.

Como pensar o que deve ser ensinado e aprendido no ensino médio sem levar em consideração o aprendido no ensino fundamental e vice-versa. Ao separar estas etapas, corre-se o risco de se produzir um uma formação fragmentada e desconexa. Uma formação parcelar que interessa diretamente ao sistema de produção capitalista, a quem não importa a formação que oportunize aos(as) trabalhadores(as), a compreensão total do processo produtivo, mas tão somente das tarefas específicas que se lhes competem na engrenagem produtiva.

Não é à toa que a discussão sobre a BNCC e sobre as diretrizes ocorreram concomitantes ao acirrado debate do Escola Sem Partido que, simboliza o amordaçamento da educação, a quebra da autonomia das escolas e impede o debate plural de ideias e também da discussão de gênero. O ano de 2019 exigirá do conjunto da sociedade um esforço coletivo para que possamos assegurar uma escola pública, democrática, gratuita, laica e inclusiva. Pretendem colocar em curso uma política educacional tão excludente que se assemelha a que era desenvolvida na primeira metade do século passado, inviabilizando o debate e qualquer possibilidade de formulação crítica sobre o processo em curso. O arbítrio face ao amordaçamento de professores e estudantes é a pedra angular para materializar essa política de retrocesso.

\*Berenice Darc - Diretora Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação CNTE e coordenadora da Secretaria de Política Educacional - Sinpro-DF.

# Calendário Escolar 2019 - Semestral

**Legenda:**

- Feriados: 01/01, 05/03, 19/04, 21/04, 1º/05, 20/06, 07/09, 12/10, 15/10, 02/11, 15/11, 30/11 e 25/12
- Férias: 03/01 a 1º/02
- Apresentação dos professores/escolha de turma: 04/02 e 29/07
- Semana pedagógica: 04 a 08/02
- Dias letivos móveis: 21/06, 08/07, 17 e 18/10
- Planejamento pedagógico da comunidade escolas/Dia letivo temático: 12/03, 08/05, 29/08 e 06/11
- Recesso para professores e estudantes: 02/01, 04/03 e 06/03, 09 a 28/07, 14 e 16/10, 21 a 24/12 e 26 a 31/12
- Recesso para estudantes: 29/07
- Início do 1º semestre: 11/02
- Término do 1º semestre: 08/07
- Início do 2º semestre: 30/07
- Término do 2º semestre: 20/12
- Simulado DF da EJA: 11 e 13/06
- Semana distrital de Conscientização de Promoção da Educação Inclusiva aos alunos com necessidade especiais (Lei nº 5.714/16): 04 a 08/03
- Semana de Conscientização do uso Sustentável de Água nas Escolas da Rede Pública de Ensino do DF (Lei nº 5.243 de 15/12/13): 18 a 22/03
- Semana de Educação para a Vida (Lei nº 11.988/2009): 06 a 10/05
- Dia Nacional da Educação Ambiental (Lei nº 12.633/2012): 03/08
- Olimpíada de Matemática: 04/06
- Dia do Estudante: 11/08
- Dia do Patrimônio Cultural (Lei nº 5.000/2013): 17/08
- Semana de Prevenção ao Uso de Drogas (Lei Distrital nº 1.433/1997): 16 a 20/09
- Semana de Educação de Jovens e Adultos/ Semana da Educação Profissional: 16 a 20/09
- Patrono da Educação - Paulo Freire (Lei Federal nº 12.612/2012) - 19/09
- Dia do Secretário: 30/09
- Semana Nacional do Livro e da Biblioteca (Decreto nº 84.631/1980): 23 a 29/10
- Semana Distrital da Orientação Profissional/1º Emprego: 28/10 a 1º/11
- Dia da Luta contra a Medicalização da Educação e da Sociedade (Lei Distrital nº 5.933/2017): 11/11
- Dia do Gestor Escolar (Lei Distrital nº 6.179/2018): 12/11
- Dia Nacional da Consciência Negra (Lei nº 10.639/2003): 20/11
- Dia do Orientador Educacional (Lei nº 5.564/1968): 04/12
- X Concurso de Redação e Desenho do Sinpro Inscrições abertas a partir de 18/02
- Aniversário do Sinpro-DF - 40 anos: 14/03

\*O limite para que ocorra a definição dos parâmetros de mobilidade são: 1º Semestre 05/04 | 2º Semestre 21/06



**BASTA. TODOS CONTRA o FEMINICÍDIO**





# Calendário Escolar 2019 - Anual



## Janeiro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

## Fevereiro

D	S	T	Q	Q	S	S
						2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28		

## Março

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

## Abril

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

## Mai

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

## Junho

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

## Julho

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

## Agosto

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

## Setembro

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

## Outubro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

## Novembro

D	S	T	Q	Q	S	S
						2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

## Dezembro

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

### Convenções

- Férias coletivas
- Apresentação dos professores
- Início do ano letivo
- Término do ano letivo
- Semana de Educação para a Vida (Lei nº 11.988/2009)
- Dia da Educação infantil (Lei nº 4.681/11)
- Término do 1º semestre letivo
- Início do 2º semestre letivo
- Dia da consciência negra (Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003)
- Recesso escolar para estudantes e professores
- Encontro pedagógico
- Dia Nacional de Luta da pessoa com deficiência (Lei nº 1.133/2005)
- Cultura digital - 19/08
- Avaliação final/2019
- Dia do Orientador Educacional
- Escolha de turmas
- Avaliação pedagógica do semestre/ reunião com a comunidade escolar/ dia letivo temático
- Semana distrital de Conscientização de Promoção da Educação Inclusiva aos alunos com necessidade especiais (Lei nº 5.714/16)
- Dia do Estudante - 11/08
- Olimpíadas de Matemática/OMEPI/ dia letivo temático
- Semana de Conscientização do uso Sustentável de Água nas Escolas da Rede Pública de Ensino do DF (Lei nº 5.243 de 15/12/13)
- Dia de Paulo Freire - 19/09 Patrono da educação brasileira (Lei nº 12.612/2012)
- Dia Letivo Móvel: Estes dias são letivos e de trabalho normal, contudo a escola pode optar por tratá-los como recesso, tendo que recompor o(s) dia(s) letivo(s) dentro do mesmo semestre.
- Prova diagnóstica 10 e 11/04
- Dia Nacional da Educação Ambiental (Lei nº 12.633/2012) - 03/06
- Simulado DF do Ensino Médio e EJA: 11 e 13/06
- Dia do Patrimônio Cultural - 17/08
- Semana da Prevenção ao Uso de Drogas no DF (Lei distrital 1.433/97)
- Aniversário do SINPRO-DF 40 anos - 14/03
- Semana Nacional do Livro e da Biblioteca (decreto nº 84.631/80)
- Semana Distrital da Orientação Profissional/1º Emprego (lei distrital 5.953/17)
- Dia de Luta contra a Medicalização da Educação e da Sociedade (lei distrital nº 5933/2017) - 11/11
- Dia Distrital da Educação Infantil (Lei Distrital nº 4.681/11) 25/08
- Dia Distrital do Gestor Escolar (Lei nº 6.179/18) -12/11
- X Concurso de Redação do Sinpro inscrições abertas a partir de 18/02

### Dias Letivos

Fevereiro	14
Março	18
Abril	21
Mai	22
Junho	18
Julho	05
1º semestre	100
Agosto	22
Setembro	21
Outubro	21
Novembro	20
Dezembro	14
2º semestre	100
Ano letivo	200

### Feriados

01/01	- Dia mundial da paz
05/03	- Carnaval
19/04	- Paixão
21/04	- Tiradentes/Aniversário de Brasília
01/05	- Dia do Trabalhador
20/06	- Corpus Christi
07/09	- Independência do Brasil
12/10	- Nossa Senhora Aparecida
15/10	- Dia do professor Decreto nº 52.682/63
02/11	- Finados
15/11	- Proclamação da República
30/11	- Dia do Evangélico
25/12	- Natal

### Recessos

- 09/07 a 28/07 - Recesso dos professores e estudantes
- 04 e 06/03; 14 e 16/10 - Recesso escolar para professores e estudantes

### Bimestres

1º Bimestre:	11/02 a 25/04	3º Bimestre:	29/07 a 04/10
2º Bimestre:	26/04 a 08/07	4º Bimestre:	07/10 a 19/12



\*O limite para que ocorra a definição dos parâmetros de mobilidade são: 1º Semestre 05/04 | 2º Semestre 21/06

**BASTA.**  
**TODOS**  
**CONTRA O FEMINICÍDIO**

